



Universidade de Brasília

Repositório Institucional da Universidade de Brasília

repositorio.unb.br



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, prover um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso

Não Comercial — Você não pode usar o material para **fins comerciais**.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou **medidas de caráter tecnológico** que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

NonCommercial — You may not use the material for **commercial purposes**.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

Esta licença está disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Bourdieu e o “pessimismo da razão”*

Luis Felipe Miguel

Um célebre dístico de Romain Rolland, frequentemente atribuído a Gramsci, que o citava, afirma que aqueles que buscam transformar o mundo devem associar o “otimismo da vontade” ao “pessimismo da razão”. Não basta o desejo de promover a mudança, sem a compreensão dos inúmeros e poderosos fatores que contribuem para impedi-la.

A sociologia de Pierre Bourdieu é frequentemente criticada pelo relevo, que seria excessivo, dado à resiliência dos mecanismos de dominação. Para o autor francês, as estruturas sociais são opacas e a experiência vivida dos indivíduos não lhes permite identificar as causas de sua opressão (Lovell, 2007, p. 74). Isso é seriamente reforçado pelo aparente amálgama entre o campo e o *habitus* dos agentes, que faria com que, segundo seus críticos, Bourdieu concedesse pouco espaço à reflexividade na agência ou mesmo endossasse “um formalismo vazio em relação à subjetividade” (Archer, 2007, p. 14), já que seu espaço (da subjetividade) seria quase que completamente tomado pela reprodução das estruturas.

A crítica ao que seria o determinismo derrotista de Bourdieu está presente, em primeiro lugar, na sociologia da educação, marcada pelo impacto de sua obra em coautoria com Jean-Claude Passeron, intitulada exatamente *La reproduction* (1970). Nela, com ênfase maior do que outros estudos da época, os autores desmontam o mito republicano da escola como produtora da igualdade social e capaz, em última análise, de conceder a cada um a posição na sociedade que é devida a seus méritos. Pelo contrário, o livro propõe demonstrar como a

* Este artigo integra a pesquisa “Desafios da teoria democrática numa ordem desigual”, apoiada pelo CNPq. Uma versão inicial foi apresentada no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorrido em Curitiba (PR), de 26 a 29 de julho de 2011; agradeço aos participantes da mesa que a debateram. Agradeço também as críticas e sugestões de Flávia Biroli e de Regina Dalcastagné, permanecendo, é claro, como único responsável pelos equívocos e omissões do texto.

* A data entre colchetes refere-se à edição original da obra. Ela é indicada na primeira vez que a obra é citada. Nas demais, indica-se somente a edição utilizada pelo autor (N. E.).

escola reproduz e naturaliza desigualdades. Ainda que o caráter de reprodução da instituição escolar seja hoje amplamente reconhecido, o “pessimismo” das conclusões de Bourdieu é alvo permanente de críticas (por exemplo, e ficando apenas na literatura brasileira, ver Freitag, [1977]* 2005; Nogueira e Nogueira, 2002; Almeida, 2005; para uma resenha, ver Catani, Catani e Pereira, 2001).

A obra de Bourdieu também é marcada pelo “pessimismo” em suas reflexões sobre a política. O conceito de “campo político” lança luz sobre os mecanismos de exclusão e de adequação aos padrões de comportamento preestabelecidos que estão presentes na organização da esfera política nas sociedades contemporâneas (Bourdieu, 1979; 1981; 2000; 2005). Em particular, o entendimento do funcionamento do campo serve como antídoto às ideias de que a mera ampliação da presença de integrantes dos grupos subalternos nas esferas decisórias implica uma mudança da lógica dessas esferas e de que a criação de novos espaços de participação e/ou representação, em paralelo às instituições tradicionais, gera uma nova dinâmica, “descontaminada” dos antigos “vícios”.

Um “campo”, no sentido dado ao termo pela sociologia de Pierre Bourdieu, é um espaço social estruturado e estruturante das práticas daqueles que nele ingressam e nele desejam progredir. A adesão aos seus códigos é exigida, promovendo a reprodução de formas de exclusão. O campo político busca “enquadrar” as vozes diferentes, forçando adaptações e reduzindo o potencial disruptivo da incorporação de vozes dissonantes. Os grupos subordinados veem-se diante de uma escolha entre “autenticidade” e “efetividade”. Seu discurso e seu comportamento tornam-se mais eficazes quando se adaptam às regras do jogo estabelecidas, mas com isso a “diferença” que se queria representar é dissipada.

Há, portanto, um efeito reprodutor próprio do campo, que gera homogeneização, conformidade a normas, a expectativas, a padrões discursivos. E, nesse mesmo processo, perpetua a divisão entre sujeitos políticos ativos – os profissionais, aqueles que dominam os códigos do campo – e a massa de “profanos”, no sentido de Bourdieu, limitados a optar entre as ofertas que lhe são apresentadas. Isso põe em xeque o potencial emancipador que a incorporação de múltiplas perspectivas ao debate político promete, bem como leva a entender as novas arenas decisórias não como alternativas, mas em articulação com as anteriores e ainda dentro do espaço definido pelo próprio campo.

Sem negar aspectos potencialmente positivos da “política de presença” (Phillips, 1995) e dos chamados “novos arranjos participativos”, o recurso à teoria dos campos permite ver suas limitações e orientar a ação política para outras estratégias. Ela pode nos conduzir a conclusões que talvez sejam *decepcionantes*, do ponto de vista das esperanças de mudança, mas uma tal decepção não

constitui um argumento para refutá-las¹. Assim, Bourdieu fornece uma visão de mundo que, sem ser desencantada em relação aos processos de transformação social, revela que eles são mais complexos e mais tingidos de elementos de manutenção do que as utopias transformadoras gostam de crer.

A primeira seção deste artigo discute os mecanismos de reprodução da dominação na obra de Bourdieu. Embora a ênfase seja dada ao que chamo de “período central” de sua produção – que se estende, *grosso modo*, do começo dos anos de 1970 a meados da década de 1990 –, são levadas em conta também as obras da fase final, em que Bourdieu, por um lado, se aproxima de um estruturalismo estrito e, por outro, adota o vocabulário da militância altermundista.

A segunda seção busca demonstrar que o entendimento realista de Bourdieu sobre as formas sociais de dominação levanta questões que não são respondidas pelos ideais que orientam hoje as esperanças de transformação política. São discutidos, sob esse prisma, modelos como a democracia deliberativa, a política da diferença, os chamados “novos arranjos participativos” e mesmo a “socioanálise” libertadora advogada pelo Bourdieu da fase final.

A conclusão indica que uma compreensão dos obstáculos à superação da dominação tal como apresentada por Bourdieu não leva à resignação ou à acomodação. Ao contrário, mostra que não há soluções fáceis e que a tarefa de transformação da sociedade – para voltar a Gramsci – não pode estar fundada “na vazia agitação de [...] desejos e sonhos” (Gramsci, [1932-1934] 2000, p. 35). O “pessimismo da razão” está na base da possibilidade de uma ação política transformadora.

Reprodução e dominação social

A leitura que proponho aqui da obra de Bourdieu tem como chave a questão da reprodução e naturalização das hierarquias sociais. Essas hierarquias estão vinculadas à posse de determinados tipos de capital e proporcionam, àqueles que se encontram no topo, autoridade sobre os outros. Está em questão, portanto, a *dominação* social. Para que se defina como tal, a dominação precisa ser reproduzida e, para isso, legitimada, o que Bourdieu apresenta sobretudo como um processo de naturalização – as vantagens advindas da situação social daqueles que se encontram em posição privilegiada passam a ser vistas como atributos inatos dos agentes, qualidades que justificam suas pretensões de *status* e mando.

O problema do mando e da obediência se coloca no centro da teoria política a partir do momento que nem a força, nem a vontade divina são ca-

1. David Hume ([1748] 2003, p. 138) observava que “não há método de raciocínio mais comum e não obstante mais censurável que o de esforçar-se, nas disputas filosóficas, para refutar uma hipótese usando como pretexto suas perigosas consequências para a religião e a moralidade” – ou, no nosso caso, para o triunfalismo militante.

pazes de apresentar respostas consideradas plausíveis. É possível recuar aqui até encontrar, de um lado, Etienne de La Boétie ([1552] 1987) e, de outro, a tradição contratualista. La Boétie enunciava, em meados do século XVI, uma das questões centrais da reflexão sobre a política: como é possível que a dominação política não apenas ocorra, mas se estabilize e se naturalize? Embora condenado a uma posição marginal na história das ideias políticas, o tratado de La Boétie apresenta sua questão de uma maneira que é intuitivamente mais atraente que a daqueles que buscam justificar a dominação. Se Hobbes, cerca de um século mais tarde, mobiliza todo um complexo edifício filosófico para estabelecer a necessidade da obediência aos poderosos, mas não chega a mais do que uma ficção genial, La Boétie obtém contato imediato com seu leitor, analisando o poder político pelo prisma dos submetidos a ele, como fonte de perda de liberdade e de exploração.

Boa parte da teoria política vai seguir os passos de Hobbes e se debruçar sobre o problema tentando encontrar caminhos que demonstrem como se dá a "obrigação política", isto é, a imposição do dever de obediência dos governados diante dos governantes. Carole Pateman diz que, nos limites da teoria democrática liberal, a discussão é como constituir um consentimento presumido que justificaria a submissão às normas e à autoridade constituídas como uma decisão autônoma dos indivíduos. Afinal, como um indivíduo "livre e igual" pode ser legitimamente governado por alguém? A única possibilidade é se ele se coloca voluntariamente na relação de obediência, isto é, a obrigação precisa ser autoassumida (Pateman, [1979] 1985, p. 13). Os teóricos e cientistas políticos costumam apresentar o "consentimento dos governados" como uma característica central da democracia liberal, que seria assim a solução para o problema da obrigação política, mas poucos investigam o significado desse consentimento (*Idem*, p. 81).

Essa investigação é levada a cabo pelas vertentes mais críticas da teoria social e política, com notável grau de discordância interna. As visões baseadas no conceito de "ideologia", no sentido marxista, e em particular na noção gramsciana de "hegemonia", enfatizam a absorção do quadro de valores dominante por parte dos dominados. As assimetrias sociais são aceitas pelos indivíduos como sendo basicamente *justas* ou, no mínimo, inevitáveis. Comportamentos contestatórios são vistos como moralmente errados ou então inócuos. Contra isso, há toda uma corrente, cujo expoente mais radical talvez seja James Scott (1985; 1990), que vê um fluxo contínuo de insatisfação e rebeldia potencial correndo por trás da fachada de aquiescência. O "consentimento" dos dominados é a manifestação ritual de sua própria posição de oprimidos, causado sobretudo

pelo temor da repressão. Os pequenos gestos furtivos diários de recusa à ordem constituída, que Scott classifica de “resistência cotidiana”, demonstram que a adesão aos valores dominantes é mais aparente do que autêntica.

Colocado o debate nesses termos, dentro da tradição do marxismo, Bourdieu é um participante apenas lateral. Ele se inclina de forma decidida, porém, para a primeira leitura. São fundamentais, em sua explicação do funcionamento da sociedade, os mecanismos da violência simbólica, que levam os dominados a vê-la através das lentes fornecidas pelos dominantes, posição em que se percebe a herança durkheimiana que o faz enfatizar os esquemas compartilhados de classificação do mundo social. Para ele, a dominação é sustentada pelos dominados – ainda que faça questão de observar que “as disposições que inclinam [os dominados] a esta cumplicidade [com a própria dominação] são também o efeito, incorporado, da dominação” (Bourdieu, 1989, p. 12).

Uma das principais críticas que podem ser dirigidas a ele é, exatamente, a de tender a desconsiderar os elementos de resistência e a aceitar ao pé da letra as manifestações ostensivas de aceitação das hierarquias estabelecidas por parte dos dominados. Essa crítica muitas vezes toma por base as obras finais de Bourdieu, em que este elemento se encontra exacerbado. É o caso, por exemplo, de seu livro sobre a dominação masculina (Bourdieu, 1998a; para um exemplo da crítica, ver Corrêa, 1999). Mas é algo que, às vezes com mais, às vezes com menos peso, perpassa toda a sua obra.

Cumprir notar que, na visão de Bourdieu, a aceitação da legitimidade da dominação está intimamente ligada ao reconhecimento da superioridade do dominante. A atribuição de qualidades especiais àqueles que se encontram em posições privilegiadas é um elemento fundante da naturalização das relações de dominação, assim como seu reverso, a introjeção das impossibilidades estruturais, lidas como um déficit pessoal de capacidade pelos próprios dominados. O reconhecimento que está na raiz do poder simbólico é, na verdade, “o desconhecimento da violência que se exerce através dele” (Bourdieu, [1987] 1990, p. 194). Dito de outra forma: é necessário se interrogar “sobre as funções preenchidas, nas relações sociais, pelo desconhecimento da verdade objetiva dessas relações como relações de força” (Bourdieu e Passeron, 1970, p. 19). O ocultamento das condições estruturais da reprodução da dominação (e da produção da “excepcionalidade” dos privilegiados) é, assim, condição necessária para sua legitimação.

A ênfase dada a esse reconhecimento das qualidades especiais de indivíduos singulares, que em certa medida *personaliza* as relações de dominação, é talvez o aspecto mais questionável da concepção de dominação de Bourdieu – e alguns

dos problemas dessa abordagem serão discutidos, brevemente, mais adiante. Mas o que nos interessa, no momento, é o outro componente de sua concepção. Para além de sua eventual vinculação ao reconhecimento individual, os mecanismos de legitimação da dominação se incrustam nas estruturas que organizam a ação em sociedade, isto é, os campos.

"Campo", na sociologia de Bourdieu, designa uma configuração de relações objetivas entre posições de agentes ou de instituições. Essa configuração constitui o campo ao mesmo tempo que é constituída por ele. Os diferentes campos sociais se formam à medida que determinadas práticas geram seus próprios espaços de autonomia. Assim, a formação de um campo artístico ou literário, por exemplo, permitiu que a arte ou a literatura – até certo ponto – regulassem a si mesmas (Bourdieu, 1987; 1992a). Em particular, fez com que as modalidades de consagração, e portanto suas hierarquias internas, dependessem das relações estabelecidas no próprio campo e não mais fossem impostas de fora, pelo dinheiro ou pelo Estado. O mesmo vale para o campo acadêmico. Dessa forma, os campos são as estruturas objetivas, que impõem sua lógica aos agentes que deles participam – a busca do lucro, no campo econômico; do reconhecimento pelos pares, no campo artístico etc. Cada campo gera uma prática específica e também uma espécie de capital, isto é, uma forma de valor que só se estabelece como tal porque é socialmente reconhecida (a rigor, a própria moeda se enquadra nessa definição).

A afirmação de que os campos são estruturas "objetivas" não deve toldar, por sua vez, o fato de que a categoria se refere a um constructo analítico, ajustável diferentemente de acordo com as necessidades da investigação. Podemos falar de um campo acadêmico amplo, de um campo mais restrito das ciências humanas, de um campo específico da sociologia. Em cada um desses níveis, podemos pensar em um campo transnacional ou em campos nacionais. Não é que haja uma estrutura piramidal de campos e subcampos; é que, em cada uma dessas situações sobrepostas, podemos reconstruir a teia dos constrangimentos estruturais sob a forma de um campo. E os próprios agentes, sob diferentes circunstâncias, vão pensar a própria localização e se motivar para agir com base em parâmetros menos ou mais amplos.

A definição do campo político, em particular, é de "lugar em que se engendram, na concorrência entre os agentes que nele se encontram envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos à condição de 'consumidores', devem escolher" (Bourdieu, 1981, pp. 3-4). Todo campo se define pela imposição de critérios próprios de avaliação da realidade, em espe-

cial pela fixação de objetivos que se apresentam como “naturais” para aqueles que deles participam – nesse caso, a busca do poder político.

Assim, o campo seria “um universo obedecendo a suas próprias leis”, expressão que sintetiza a autonomia, que todo campo almeja, e o fechamento sobre si, que caracteriza todos. Mas se trata de um caso limite, praticamente de um tipo ideal. Campos altamente especializados e pouco dependentes de investimento financeiro, como o da matemática, tornam-se impenetráveis para os profanos e podem almejar uma autonomia quase completa. Todos os outros estão sujeitos a um grau significativo de influência, quer do mercado, quer do Estado, quando não da mídia². Dinheiro e poder (as “moedas sistêmicas” de Habermas, para fazer uma aproximação que não seria do agrado de Bourdieu), além da visibilidade pública que dá acesso a ambos, encontram brechas para relativizar as pretensões de hierarquização própria dos campos sociais. Bourdieu nunca chegou a empreender sua prometida análise do Estado como “metacampo”, vinculado a um “campo do poder”, diferente do campo político e no qual se desenrola a luta pela valorização relativa dos diferentes tipos de capital e pela imposição do “princípio de dominação dominante” (Bourdieu, 1989, pp. 375-376)³. Assim, não incorpora de maneira sistemática este fenômeno em seus modelos, talvez também pela ausência de uma preocupação mais focada na economia política, como afirmam seus (em geral simpáticos) críticos marxistas (Callinicos, 1999; Quiniou, [1996] 2000; ver também Calhoun, 1993, pp. 68-69).

O fechamento sobre si encontra limites particularmente claros no caso da política, que em intervalos regulares precisa se abrir para os simples eleitores. É claro que as posições no campo político estão longe de ser um reflexo das votações recebidas. Basta lembrar de tantos jogadores de futebol, apresentadores de televisão ou cantores, que são campeões de voto, mas se resignam a ocupar um lugar menos do que secundário no Congresso e permanecem como *outsiders* no campo político, enquanto capitalistas, acadêmicos ou militares podem ter elevada influência sem sequer disputar eleições. O capital político é uma forma de capital simbólico, isto é, dependente do reconhecimento fornecido pelos próprios pares. Como todos, em certos momentos-chave, lutam por votos, a popularidade contribui para tal reconhecimento, mas não é o único determinante.

De maneira muito genérica, é possível dizer que os campos põem em funcionamento dois mecanismos principais e interligados que garantem o reconhecimento para os ocupantes de suas posições centrais. Em primeiro lugar, a exclusão, que estabelece um dentro e um fora, separando, do grupo daqueles que pertencem ao campo, a massa dos que não pertencem (os “profanos”). A

2. A autonomia do campo não está relacionada com seu potencial de influência sobre outros campos. A matemática, altamente autônoma, pouco exerce influência sobre outros campos. Mas o jornalismo, com elevado grau de heteronomia, já que sujeito a interferências tanto do campo econômico quanto do político, possui crescente influência sobre a cultura, a política e muitas das ciências (ver Bourdieu, 1996, 2005).

3. Suas aulas sobre a questão, no Collège de France, foram publicadas postumamente sob o título *Sur l'État* (Bourdieu, 2012). Elas têm um caráter fragmentário e o esforço principal não é de construção teórica, mas de diferenciação em relação às contribuições prévias. Não cabe, aqui, fazer a crítica dos problemas da abordagem de Bourdieu nessas aulas, que me parecem muitos, mas apenas anotar que elas não suprem a lacuna de sua prometida obra sobre o Estado.

violência simbólica faz com que os excluídos internalizem sua própria impossibilidade de acesso, passando a vê-la não como um signo de injustiça, mas de uma incapacidade pessoal. Em segundo lugar, e agora dentro do campo, há a circularidade da atribuição de capital simbólico. Isto é, ser mais dotado de capital simbólico significa também maior capacidade de atribuir, com seu reconhecimento, capital aos outros integrantes do campo.

O ingresso em qualquer campo, na visão de Bourdieu, depende da disposição para jogar o jogo tal como ele é jogado, isto é, da interiorização do *habitus* próprio daquele espaço social. Apesar dos evidentes pontos de contato, o *habitus* de Bourdieu não pode ser reduzido ao paradigma, no sentido de Kuhn, ou à episteme, no sentido de Foucault. Mais do que um esquema mental de entendimento da realidade, ele consiste em uma matriz de disposições para agir, que define o caráter das apostas e das ambições "individuais". É um conhecimento de caráter muito mais prático e, também, de abrangência mais localizada, uma vez que cada campo social projeta seu próprio *habitus*.

Na qualidade de "campo incorporado", o *habitus* é um mecanismo essencial de reprodução das estruturas. Exige uma concordância de base com os critérios de hierarquização, sob pena de exclusão. E marca, com clareza, a linha divisória que separa os que pertencem ao campo daqueles que ficam fora dele.

Transformação e adaptação

O recurso ao conceito de "campo político" permite compreender que a disputa política não se inicia nem termina nos espaços institucionalizados de tomada de decisão. Mas também evita a ideia de que "tudo é política", que retira da política qualquer especificidade e a torna coextensiva à própria sociedade. O espaço da política não é dado: é construído historicamente e moldado e remoldado de acordo com os embates entre os agentes. Também não é um espaço vazio. É um campo estruturado, com sua hierarquia de influência, que privilegia determinadas posições e barra a entrada de quem não aceita seus determinantes.

O recurso à noção de *habitus*, por sua vez, enfatiza o processo de adaptação aos imperativos do campo. Bourdieu descreve o *habitus* do político como "esta espécie de iniciação [...] que tende a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes" ao campo (Bourdieu, 1981, p. 6, grifos suprimidos). Ou seja, a política, como qualquer outro campo, possui uma forte dinâmica de reprodução de suas próprias assimetrias.

À luz desse entendimento, é possível perceber que qualquer projeto de transformação política deve levar em conta os fatores de conservação das práticas e das hierarquias. As apostas na abertura dos espaços decisórios aos grupos em posição subalterna, que mobilizam boa parte dos movimentos em favor da igualdade, servem como um primeiro exemplo (Miguel, 2010). O entendimento de base, acertado, é que a composição dos círculos dirigentes espelha muito mal a diversidade social e que isso possui consequências daninhas para a democracia. Assim, buscam-se mecanismos de ampliação da presença dos grupos marginalizados nos espaços de poder, na forma de cotas ou de outras modalidades de “empoderamento”, sob a bandeira da incorporação, ao processo deliberativo, de novas vozes ou de novas perspectivas sociais, no sentido que Young (2000) dá ao termo.

Mesmo reconhecendo a importância dessa incorporação, sob o ponto de vista do aprofundamento da democracia, não se pode depositar nela mais esperanças do que aquelas que ela é capaz de oferecer. Dois aspectos devem ser considerados. Em primeiro lugar, ela não elimina a separação entre a minoria politicamente ativa e a massa de profanos, condenados à posição de espectadores. O fato de que o grupo dirigente se torna mais parecido, em alguns aspectos socialmente relevantes, com o conjunto dos governados, não anula o fato de que essa distinção – própria da constituição da política como *campo*, com uma fronteira entre o dentro e o fora – permanece e representa a primeira violação do princípio democrático de igualdade. Em segundo lugar, a visão ingênua das virtudes da política de presença tende a ver a política como um espaço vazio, a ser ocupado por aqueles que nela ingressam. Se entendemos a política como campo, sabemos que não é assim. O campo político exige constantemente a adaptação à sua lógica e às suas práticas, punindo aqueles que resistem (relegando-os a posições secundárias, frustrando seus esforços de exercer influência, folclorizando seus discursos) e premiando os que se curvam. É necessário saber construir um problema como “político”, incorporar-se ao jogo de reconhecimentos e concessões, aceitar a hierarquia de cargos e postos.

A exigência do domínio de determinadas ferramentas discursivas revela, a um só tempo, ambos os limites da incorporação das vozes subalternas aos espaços decisórios. Como diz Bourdieu,

[...] a linguagem dominante [no campo político] destrói, ao desacreditá-lo, o discurso político espontâneo dos dominados: não lhes deixa outra opção que não o silêncio ou a linguagem emprestada, cuja lógica não é mais a do uso popular, sem ser a do uso culto, linguagem enguiçada, onde as “palavras elevadas” estão presentes apenas para

assinalar a dignidade da intenção expressiva e que, nada podendo transmitir de verdadeiro, de real, de "sentido", priva aquele que a fala da experiência mesma que julga exprimir (Bourdieu, 1979, p. 538).

Ou seja: o "discurso político espontâneo dos dominados" é desacreditado simbolicamente por falhar nos critérios de elevação do léxico, de respeito à norma linguística culta (ou, ao menos, de observância dos desvios *legítimos* dessa norma) ou de apresentação na forma de "argumentos racionais" e, de preferência, aparentemente desinteressados. São critérios relativos àquilo que garante a respeitabilidade necessária para que um discurso seja de fato ouvido no campo político. A capacidade de produzir um discurso que preencha essas expectativas, porém, é desigualmente distribuída entre os diferentes grupos sociais – mesmo porque essas expectativas já são, elas próprias, um efeito das assimetrias que contribuem para excluir determinados grupos.

Até elementos à primeira vista irrelevantes, como o timbre de voz ou o sotaque, servem, em situações reais de fala, para desqualificar os integrantes de grupos minoritários (Bickford, 1996, pp. 97-98). O fechamento do leque de modos de discurso legítimo é reforçado por inúmeras instâncias dentro do campo político ou associadas a ele, como é o caso, em particular, dos meios de comunicação de massa (Miguel e Biroli, 2011).

Os representantes dos grupos dominados, quando ingressam no campo político, se veem diante de um dilema. Podem insistir em sua dicção própria, em sua agenda própria, em seu enquadramento próprio, gerando um discurso com pouca legitimidade no campo, portanto com muito menos potencial de efetividade. ou podem tentar mimetizar os modos de fala e as tematizações dominantes, na busca de uma aproximação que lhes torne interlocutores legítimos, mas que leva, em alguma medida, a trair a experiência vivida que se desejava expressar e a contribuir para a reprodução das estruturas que excluem a eles próprios.

Questionamentos semelhantes podem ser dirigidos tanto à corrente deliberacionista quanto à aposta no revigoramento da democracia pela profusão de novas instâncias de participação. O deliberacionismo, em sua formulação primitiva, atrelava a legitimidade das decisões políticas ao fato de terem sido tomadas por aqueles que estariam submetidos a elas, por meio do "raciocínio público livre entre iguais" (Cohen, 1988, p. 186). Desde então, a corrente tem sofrido uma constante evolução, que pode ser descrita, em linhas gerais, como a desidratação de seu caráter crítico e a crescente acomodação com as instituições da democracia concorrencial liberal. Permanece, como elemento

constante, a fé nas virtudes do debate racional, que produziria – como que naturalmente – anticorpos contra discriminações, assimetrias e arbitrariedades⁴.

Mas os mecanismos discursivos de deliberação pública também possuem vieses e favorecem o atendimento de determinado tipo de interesse. Os grupos com maior capital econômico ou cultural são privilegiados, dada a presença de desigualdades socialmente estruturadas quanto à capacidade de identificação dos próprios interesses, à capacidade de utilização das ferramentas discursivas e à capacidade de “universalização” dos interesses. Em vez de postular um espaço público aberto a todos e uma razão que se manifesta como qualidade humana genérica, é necessário questionar o que esse espaço público exige daqueles que nele ingressam e como se atribuem diferentes graus de legitimidade a diferentes formas, socialmente produzidas, de uso dessa razão.

Na leitura de Bourdieu, Habermas – a principal inspiração filosófica da corrente deliberativa – é um pensador idealista que retira das interações sociais seus elementos conflitivos, negando as relações de força presentes dentro das relações comunicativas (Bourdieu, 1997a, p. 81). O conceito mesmo de espaço público, tal como brandido por Habermas e seus seguidores, contribui para fazer compreender

[...] que a ilusão epistemocêntrica que leva a fazer da universalidade da razão e da existência de interesses universalizáveis o fundamento do consenso racional encontra seu princípio na ignorância (ou na supressão) das condições de acesso à esfera política e dos fatores de discriminação (como o sexo, a instrução ou a renda) que limitam as condições de acesso não apenas, como tanto se diz, sobretudo a respeito das mulheres, a posições no campo político, mas, mais profundamente, à opinião política articulada [...] e, por meio dela, ao campo político (Bourdieu, 1997a, pp. 81-82, grifo suprimido).

Longe de equalizar as condições de participação no debate, os critérios deliberativos promovem a reificação de modos de discurso que beneficiam os grupos já privilegiados. Cabe lembrar que os grupos subalternos têm acesso menor aos espaços de produção social de sentido, tais como a escola e a mídia. Portanto, estão constrangidos a pensar o mundo, em grande medida, a partir de códigos emprestados, alheios, que refletem mal sua experiência e suas necessidades. Estreitamente ligado a isso há o fato de que eles possuem menor disponibilidade de tempo e espaços próprios nos quais poderiam pensar seus próprios interesses e, talvez, construir projetos políticos coletivos. Por fim, os grupos dominados possuem uma perspectiva limitada do mundo social, própria de uma vivência à qual é negada a possibilidade de participação nas

4. Para uma crítica abrangente aos pressupostos da teoria deliberativa, ver Miguel (2002). Para um amplo e informado balanço da corrente, discutindo a permanência de seu legado crítico, ver Mendonça (2011). E para uma apreciação do significado dessa acomodação com o liberalismo, ver Faria (2010).

principais tomadas de decisão, tanto políticas como econômicas, enquanto os dominantes têm acesso a uma visão de conjunto (Bourdieu, 1979, p. 520). Como resultado, possuem também uma capacidade reduzida de universalização dos próprios interesses.

Isso se deve, em primeiro lugar, à premência de suas demandas específicas, que os faz exigir mudanças imediatas, com beneficiários e prejudicados muito evidentes, como é o caso das políticas redistributivas ou de ação afirmativa (ver Young, 2001). Deve-se, também, ao fato de que os interesses de tais grupos se posicionam contra as visões de mundo hegemônicas e precisam realizar o esforço extra de desnaturalizar categorias sociais e propor modelos de sociedade alternativos. O resultado é que a retórica universal tende a ser monopolizada por alguns grupos, enquanto outros têm suas preocupações estigmatizadas como "particulares, parciais ou egoístas" (Bickford, 1996, p. 16).

Fica claro que o modelo deliberativo postula uma forma legítima de produção de decisões coletivas – legítima por preencher seus próprios critérios, de inclusão de todos os envolvidos e de ausência de desigualdade formal e de coação –, mas ignora vieses que viciam seus resultados. De forma similar à igualdade nas eleições, proclamada pela máxima "um homem, um voto", o mero acesso de todos à discussão é insuficiente para neutralizar a maior capacidade que os poderosos têm de promoverem seus próprios interesses.

Chegamos então às novas instâncias participativas. O Brasil ocupa posição de destaque na "experimentação democrática" das últimas décadas, com mecanismos inovadores como os orçamentos participativos ou os conselhos gestores de políticas públicas, saudados pelo mundo afora. À literatura francamente laudatória inicial sucedeu-se um conjunto de análises com uma consciência bem mais aguda dos problemas e das limitações dessas experiências. Ainda assim, duas observações precisam ser feitas. Em primeiro lugar, esses espaços não se estabelecem em um descampado institucional. Estão em relação direta com as formas tradicionais de tomada de decisões políticas. Quanto menos efetivos se mostram, mais provável é que se mantenham como "alternativos" e descolados dos imperativos do campo político. Mas à medida que passam a exercer algum tipo de poder real, maior é a tendência de que reproduzam em si os conflitos presentes nas instituições tradicionais e de que os critérios de ingresso e hierarquização do campo neles se manifestem. A experiência dos orçamentos participativos é elucidativa nesse sentido.

Em segundo lugar, muitas dessas instâncias tendem a operar segundo uma "lógica de substituição". Organizações da sociedade civil, mais qualificadas para utilizar as ferramentas discursivas necessárias em fóruns como os conselhos

gestores ou outros espaços de interlocução, tornam-se porta-vozes autoinstituídos de populações às quais faltam essas competências. Se isso pode gerar um aumento de efetividade no provimento das *necessidades* (identificadas como objetivas, por observadores externos) dessas populações, ao mesmo tempo representa uma grave perda de autonomia para elas, no processo de construção de seus interesses (entendidos como *subjetivos*, ainda que vinculados às condições objetivas de vida) e visões de mundo (Miguel, 2011), e um reforço da estrutura de exclusão própria do funcionamento da política em nossas sociedades.

Por fim, vale a pena lançar um olhar sobre o caminho que, a partir dos anos de 1990, o próprio Bourdieu esboça – é verdade que muito frouxamente – para superar a dominação. Em paralelo com a psicanálise, que nos libertaria das pulsões inconscientes ao nos revelá-las, uma socioanálise cumpriria função similar em relação aos imperativos sociais. Nas palavras de um comentarista e colaborador de Bourdieu, “a socioanálise pode, trazendo à luz o inconsciente social inscrito nas instituições tanto quanto no mais profundo de nós, oferecer-nos um meio de nos liberar deste inconsciente que conduz ou constrange nossas práticas” (Wacquant, 1992, pp. 39-40). Combinam-se, aqui, ecos da visão hegeliana da “liberdade como consciência da necessidade” e da visão messiânica sobre o ofício do sociólogo, que Bourdieu cultivou nas suas últimas obras: “a ‘verdade’ sociológica [...] possui uma violência tal que fere; ela faz sofrer e, ao mesmo tempo, as pessoas se liberam deste sofrimento remetendo-o àquilo que aparentemente o causa” (Bourdieu e Chartier, 2010, pp. 21-22)⁵.

O resumo de Wacquant sugere que, como resultado da objetivação das condições sociais do agente cognoscente, poderíamos alcançar uma consciência transcendente e não situada. A maior parte – e também a parte mais interessante – da obra de Bourdieu nega essa possibilidade, que, no entanto, se insinua nos reclamos dos anos de 1990 por uma “*Realpolitik* da razão” (Bourdieu, 1992a, 1992b, 1994, 1997a, 1997b) e por um “corporativismo do universal” (Bourdieu, 1992a), o que uma leitura pouco complacente veria como um namoro envergonhado com o positivismo⁶. É a aposta que está presente no discurso didático-militante de Bourdieu (1996, 1998b), na luta contra o desmonte do Estado de bem-estar e a precarização do trabalho. No entanto, de uma maneira mais sofisticada, podemos pensar que se trata antes de buscar algum tipo de controle dos constrangimentos socioestruturais que ocorre *de dentro* de uma posição constituída por esses mesmos constrangimentos – o que, aliás, se adequa mais ao paralelo com a psicanálise⁷.

De qualquer forma, “nós nascemos determinados e temos uma pequena chance de terminarmos livres; nós nascemos no impensado e temos uma pe-

5. Trata-se da transcrição de uma série de entrevistas radiofônicas que Roger Chartier fez com Bourdieu em 1988, publicadas muitos anos depois.

6. Ainda que, ao menos no registro mais elaborado de seu discurso, permaneça crítico do “sonho positivista de uma perfeita inocência epistemológica” (Bourdieu, 1993, p. 905), ele não se furta a comparar a intervenção dos sociólogos na discussão sobre o mundo social à intervenção dos físicos em relação à construção de pontes (Bourdieu, 2000, p. 43). Para uma discussão crítica das noções de *Realpolitik* da razão e corporativismo do universal, ver Sintomer (2006).

7. Apenas como provocação, é possível assinalar que, se a socioanálise pretende alcançar o mesmo grau de sucesso que a psicanálise obtém no tratamento de seus pacientes, este já é um bom motivo para descartá-la.

quenina chance de nos tornarmos sujeitos" (Bourdieu e Chartier, 2010, p. 40). Essas pequenas chances residiriam no trabalho sociológico. O que torna possível essa conclusão tão surpreendente é a ênfase, antes apontada, que Bourdieu dá ao reconhecimento *peçoal* na economia da dominação. O desvelamento dos mecanismos que permitem que alguém obtenha determinados capitais que são inalcançáveis a outros solapa, de fato, as bases da violência simbólica, entendida como interiorização da inferioridade socialmente construída.

Mas a dominação não se resume a isso. Está fundada na repressão efetiva ou antecipada (como aponta Scott), bem como no desigual acesso à riqueza, vinculado à estrutura de propriedade e à exploração do trabalho. Os filtros colocados em funcionamento nos diferentes campos sociais, que vedam o acesso a determinadas posições, exercem seu efeito constringendo materialmente, não apenas simbolicamente, as possíveis trajetórias dos diferentes agentes. A consciência dos determinantes sociais implicados na própria produção da consciência pode contribuir para a elaboração de estratégias emancipatórias, mas não pode ser considerada, em si mesma, uma libertação⁸.

8. Por outro lado, é possível usar a consciência dos mecanismos que geram as assimetrias como uma espécie de aprendizado para lançar mão deles de forma eficaz, em proveito próprio, sem desorganizá-los. (O próprio Bourdieu reclama, em algum lugar, daqueles que viam em *A distinção* algo como um manual de alpinismo social.) Ou seja, não existe relação necessária entre consciência e ação emancipadora. Tomar ciência da dominação não é necessariamente dar à luz um combatente. (Devo a atenção a este ponto a Flávia Biroli.)

9. No campo científico, também se pode distinguir um tipo de capital "institucional", vinculado a cargos, cátedras, prêmios etc., diferente do capital científico "puro". Em relação ao primeiro tipo de capital, a eliminação física dos concorrentes também pode surtir efeito. Mas se trata exatamente do elemento *político* do capital científico. Para uma descrição dos dois subtipos de capital científico, ver Bourdieu (1997b, pp. 28-36). (Agradeço a Regina Dalcastagnè por ter chamado minha atenção sobre este ponto.)

Conclusão

Discutindo o funcionamento do campo científico, Bourdieu observou como o "desinteresse" que marca o trabalho voltado à produção do conhecimento é interessado, isto é, os agentes se encontram em permanente competição por posições de prestígio e reconhecimento. Mas o campo é capaz de controlar essa competição de forma que ela se organize sempre em continuidade com a busca, aparentemente desinteressada, pela verdade científica:

Se você quer triunfar sobre um matemático, é necessário fazê-lo matematicamente, pela demonstração ou pela refutação. Evidentemente, há sempre a possibilidade de que o soldado romano corte a cabeça de um matemático, mas isso é um "erro de categoria", como diriam os filósofos. [...] Um tal triunfo não é um triunfo, de acordo com as normas próprias do campo (Bourdieu, 1997b, p. 25).

Mas no campo político a solução de decapitar o adversário pode, em muitas circunstâncias, representar um triunfo efetivo⁹. A violência pode estabelecer uma nova ordem *de facto*, que só depois vai produzir sua própria legitimidade. O capital político é uma forma de capital simbólico, uma vez que a autoridade de indivíduos e instituições depende fundamentalmente da crença socialmente difundida de que eles possuem autoridade, mas não se resume ao

simbólico. Sua base é o controle de determinados recursos de poder. Não da mesma forma que se diz que há uma base material oculta (tempo livre, acesso a bens) em todas as outras formas de capital simbólico (Bourdieu, 2000, p. 376; 1980, p. 223). No caso da política, o controle desses recursos de poder tem a possibilidade de, sob determinadas condições, converter-se *diretamente* em capital político – entendido, como diz Bourdieu, como a capacidade de gerar efeitos políticos.

Essa leitura “maquiaveliana” do campo político, por assim dizer, permite situar os desafios à transformação das práticas políticas. A estrutura do campo reflete a distribuição dos recursos de poder e contribui para preservá-la. Ignorar a força dos mecanismos de reprodução não os elimina nem os reduz. O voluntarismo que marcou e marca muitos esforços de transformação social implica uma cegueira deliberada aos mecanismos de cooptação, às formas de renascimento de padrões oligárquicos dentro de organizações que pretendiam combatê-los e à necessidade de estabelecer contrapesos mesmo às instâncias mais “puras” e bem-intencionadas de exercício do poder (como as revoluções do século XX demonstraram de maneira trágica).

Aceitar o fato de que a dominação tende a reproduzir-se mesmo quando parece transformar-se não significa resignar-se a ela. O campo é sensível às ações daqueles que o integram, o que corresponde ao entendimento de que o *habitus* não é uma forma de replicação de papéis sociais, como nas teorias simples de socialização, mas uma matriz de disposições para agir que é receptiva às opções estratégicas (embora socialmente constrangidas) do agente. O importante é entender que ação individual estratégica e incorporação dos constrangimentos estruturais não se excluem, mas se constituem mutuamente e, assim,

[...] a noção de *habitus* restitui ao agente um poder gerador e unificador, construtor e classificador, sempre lembrando que esta capacidade de construir a realidade social, ela mesma socialmente construída, não é a de um sujeito transcendental, mas a de um corpo socializado, investindo, na sua prática, princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e datada (Bourdieu, 1996, p. 164; ver também Bourdieu, 1979, p. 545).

As lutas por alcançar as posições centrais do campo são também lutas relativas à estrutura do campo, na medida em que cada agente tem interesse em moldá-lo de forma que suas características próprias sejam mais vantajosas naquele espaço. Por exemplo: a incorporação de perspectivas diferentes encontra obstáculos no fato de que o campo político exige a aceitação de sua própria

10. É possível fazer uma aproximação com a ideia, presente na obra final de Poulantzas, de que o Estado é a “ossatura material” da luta de classes, espelhando não apenas a dominação de classe, mas as relações de força na sociedade (Poulantzas, [1978] 2013). Nos limites deste artigo, porém, não é possível aprofundar o paralelo.

lógica, como visto acima, mas a presença de integrantes de grupos subalternos gera tensões que podem levar o campo a reconfigurar-se de maneira a admiti-los – ainda que, ao menos de início, em posições periféricas¹⁰.

Ao mesmo tempo, é relevante o fato de que o campo político encontra limites bem claros à tendência de fechamento em si mesmo. Para operar, qualquer regime político precisa obter uma base de legitimidade, mesmo que inicialmente fundada no temor à repressão. Nas democracias concorrenciais, esse processo é ainda mais evidente. A necessidade de abertura aos “profanos” gera brechas que permitem que movimentos que ocorrem em outros espaços sociais ecoem no campo da política. Estratégias de “desmascaramento” ou exigências apresentadas *de fora* elevam os custos da manutenção da dupla moralidade política que conjuga disputa interessada pelo poder e afirmação da busca desinteressada por um “bem comum” (Bourdieu, 1994, p. 244). Ao mesmo tempo, é a aposta na possibilidade de imposição, por meio dessas brechas, de uma lógica estranha à do campo político que explica a simpatia perene de Bourdieu pelos “irresponsáveis políticos” (Bourdieu, 2000, p. 55) e mesmo sua polêmica adesão à candidatura do comediante Coluche à presidência da França, em 1981, que lhe custou uma permanente necessidade de prestar explicações (Bourdieu e Chartier, 2010, pp. 50-51; ver também Pinto, 1998, p. 217).

Essas práticas transgressoras são importantes porque rompem com a concordância imediata entre nossas categorias mentais e a nossa experiência em um mundo social moldado a partir dessas categorias – a *doxa* (Bourdieu, 1979, p. 549), base de uma legitimidade da dominação, que não é um ato consciente, como queria Weber, mas reflexo desse acordo entre estruturas incorporadas e estruturas objetivas (Bourdieu, 1996, p. 211; ver também Bourdieu, 1994, p. 126). Práticas alternativas contribuem para *desnaturalizar* a política tal como ela é.

Em conjunto, as duas características – sensibilidade do campo às ações dos agentes e fechamento incompleto em si mesmo – permitem vislumbrar caminhos de promoção da transformação democratizante da política. As tensões internas ao campo político, vinculadas à presença de novos agentes, devem ser articuladas às mobilizações às bordas do campo, que forcem as brechas e fortalecem as demandas por inclusão, modificando “a divisão do trabalho político de maneira a alargar o acesso ao sistema político, para que mais pessoas possam gerar efeitos neste campo” (Bourdieu, 2000, p. 74). Mas os próprios movimentos que demandam mudanças devem sofrer escrutínio crítico sobre seus mecanismos de diferenciação e hierarquização internos. E em vez de se pensar em “soluções” para os problemas da desigualdade política

e, *a fortiori*, da dominação, deve-se ver um processo de resposta contínua a novos desafios, já que é própria dos mecanismos de reprodução a capacidade de acomodar aquilo que, momentos antes, aparecia como extremadamente alternativo. Entendido dessa forma, o “pessimismo da razão” empunhado por Bourdieu é um alerta contra as soluções fáceis e um auxiliar na construção de uma ação política transformadora que seja radicalmente efetiva.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Lenildes Ribeiro da Silva. (2005), “Pierre Bourdieu: a transformação social no contexto de *A reprodução*”. *Interações*, 30 (1): 139-55.
- ARCHER, Margaret S. (2007), *Making our way through the world: human reflexivity and social mobility*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BICKFORD, Susan. (1996), *The dissonance of democracy: listening, conflict, and citizenship*. Ithaca, CA, Cornell University Press.
- BOURDIEU, Pierre. (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris, Minuit.
- _____. (1980), *Le sens pratique*. Paris, Minuit.
- _____. (1981), “La représentation politique: éléments pour une théorie du champ politique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 36-37: 3-24.
- _____. (1987), “L’institutionnalisation de l’anomie”. *Les Cahiers du Musée National d’Art Moderne*, 19-20: 6-19.
- _____. (1989), *La noblesse d’État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Minuit.
- _____. ([1987] 1990), *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1992a), *Les règles de l’art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris, Seuil.
- _____. (1992b), *Réponses: pour une anthropologie réflexive* (com Loic J. D. Wacquant). Paris, Seuil.
- _____. (1993), “Comprendre”. In: _____ (org.). *La misère du monde*. Paris, Seuil.
- _____. (1994), *Raisons pratiques: sur la théorie de l’action*. Paris, Seuil.
- _____. (1996), *Sur la télévision, suivi de L’emprise du journalisme*. Paris, Liber.
- _____. (1997a), *Médiations pascaliennes*. Paris, Seuil.
- _____. (1997b), *Les usages sociaux de la science: pour une sociologie clinique du champ scientifique*. Paris, Inra.
- _____. (1998a), *La domination masculine*. Paris, Seuil.
- _____. (1998b), *Contre-feux*. Paris, Liber.
- _____. (2000), *Propos sur le champ politique*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- _____. ([1972] 2000), *Esquisse d’une théorie de la pratique, précédé de trois études d’ethnologie kabyle*. Paris, Seuil, 2000.

- _____. (2005), "The political field, the social science field, and the journalist field". In: BENSON, Rodney & NEVEU, Erik (orgs.), *Bourdieu and the journalist field*. Cambridge, Polity.
- _____. (2012), *Sur l'État: cours au Collège de France (1989-1992)*, Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre & CHARTIER, Roger. (2010), *Le sociologue et l'historien*. Paris, Agone/ Raisons d'Agir.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. (1970), *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris, Minuit.
- CALHOUN, Craig. (1993), "Habitus, field, and capital: the question of historic specificity". In: CALHOUN, Craig; LIPUMA Edward & POSTONE, Moishe (orgs.). *Bourdieu: critical perspectives*. Chicago, The University of Chicago Press.
- CALLINICOS, Alex. (1999), "Social theory put to the test of politics: Pierre Bourdieu and Anthony Giddens". *New Left Review*, 236: 77-102.
- CATANI, Afrânio Mendes; CATANI, Denice Bárbara & PEREIRA, Gilson R. de M. (2001), "As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área". *Revista Brasileira de Educação*, 17: 63-85.
- COHEN, Joshua. (1998), "Democracy and liberty". In: ELSTER, Jon (org.), *Deliberative democracy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CORRÊA, Mariza. (1999), "Bourdieu e o sexo da dominação". *Novos Estudos Cebrap*, 54: 43-54.
- FARIA, Cláudia Feres. (2010), "Do ideal ao real: as consequências das mudanças conceituais na teoria da democracia deliberativa". Trabalho apresentado no VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Recife, 4 a 7 de agosto.
- FREITAG, Barbara. ([1977] 2005), *Escola, Estado e sociedade*. São Paulo, Centauro.
- GRAMSCI, Antonio. ([1932-1934] 2000), "Caderno 13: breves notas sobre a política de Maquiavel". *Cadernos do cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- HUME, David. ([1748] 2003), *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo, Editora da Unesp.
- LA BOÉTIE, Etienne de. ([1552] 1987), *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo, Brasiliense.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. (2011), "Teoria crítica e deliberação: diálogos instáveis". XX Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Porto Alegre, 14-17 jun.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2002), "As duas lógicas da ação comunicativa: democracia e deliberação no debate contemporâneo". *Teoria & Sociedade*, 10: 104-143.
- _____. (2010), "Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu". *Revista de Sociologia e Política*, 36: 25-49.

- _____. (2011), “Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e advocacy”. *Lua Nova*, 84: 25-43.
- MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. (2011), *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo, Editora da Unesp.
- NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins & NOGUEIRA, Maria Alice (2002), “A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuição”. *Educação & Sociedade*, 78: 15-36.
- PATEMAN, Carole. ([1979] 1985), *The problem of political obligation: a critique of liberal theory*. Berkeley, CA, University of California Press.
- PHILLIPS, Anne. (1995), *The politics of presence*. Oxford, Oxford University Press.
- PINTO, Louis. (1998), *Pierre Bourdieu et la théorie du monde social*. Paris, Albin Michel.
- POULANTZAS, Nicos. ([1978] 2013), *L'État, le pouvoir, le socialisme*. Paris, Les Prairies Ordinaires.
- QUINIOU, Yvon. ([1996] 2000), “Das classes à ideologia: determinismo, materialismo e emancipação na obra de Pierre Bourdieu”. *Critica Marxista*, 11: 44-61.
- SCOTT, James C. (1985), *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven, CT, Yale University Press.
- _____. (1990), *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven, CT, Yale University Press.
- SINTOMER, Yves. (2006), “Corporatisme de l'universel, *Realpolitik* de la raison et espace public”. In: MÜLLER, Hans-Peter & SINTOMER, Yves (orgs.). *Pierre Bourdieu, théorie et pratique: perspectives franco-allemandes*. Paris, La Découverte.
- WACQUANT, Loïc J. D. (1992), “Introduction”. In: BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loïc J. D. *Réponses: pour une anthropologie réflexive*. Paris, Seuil.
- YOUNG, Iris Marion. (2000), *Inclusion and democracy*. Oxford, Oxford University Press.
- _____. (2001), “Activist challenges to deliberative democracy”. *Political Theory*, 29 (5): 670-90.

Resumo

Bourdieu e o "pessimismo da razão"

Uma das críticas recorrentes à sociologia de Pierre Bourdieu é dirigida à sua ênfase nos mecanismos de reprodução das estruturas sociais, em vez da transformação. É uma crítica que está presente, em primeiro lugar, na sociologia da educação, marcada pelo impacto de sua obra em coautoria com Jean-Claude Passeron, intitulada exatamente *La reproduction*. Mas ela ecoa em outras áreas a que se aplica a teoria dos campos de Bourdieu, como a política. É a partir da política que pretendo demonstrar que, nas suas principais obras, Bourdieu nos fornece uma visão de mundo que é muito realista em relação à força dos mecanismos de reprodução e que, sem ser desencantada quanto aos processos de mudança, revela que eles são mais complexos e mais tingidos de elementos de manutenção do que as utopias transformadoras gostam de crer.

Palavras-chave: Bourdieu; Dominação; Reprodução; Transformação social.

Abstract

Bourdieu and the "pessimism of reason"

One of the recurring criticisms of Pierre Bourdieu's sociology is its emphasis on the mechanisms through which social structures are reproduced, rather than their transformation. This criticism first appears in the sociology of education, marked by the impact of his book with Jean-Claude Passeron, entitled precisely *La reproduction*. It also echoes in other areas where Bourdieu's theory of fields is applied, though, such as politics. It is through politics that I intend to show how, in his major works, Bourdieu provides us with a worldview that is highly realistic in terms of the strength of the mechanisms of reproduction and that, without being disillusioned about processes of change, reveals that these are more complex and nuanced by elements of maintenance than transformative utopias would have us believe.

Keywords: Bourdieu; Domination; Reproduction; Social transformation.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-207020150111>.

Texto enviado em 21/11/2013 e aprovado em 12/12/2014.

Luis Felipe Miguel é professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodé), e pesquisador do CNPq. E-mail: luisfelipemiguel@gmail.com.